

GreenYellow Performance Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
GreenYellow Performance Energética S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da GreenYellow Performance Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GreenYellow Performance Energética S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião com ressalvas

Debêntures

Com base nos procedimentos de auditoria, identificamos que a Companhia reconheceu, durante o exercício de 2024, um crédito na despesa financeira relacionado à correção de uma apropriação incorreta de juros realizada na data base de 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$1.687 mil. Dessa forma, concluímos que o lucro líquido da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está superavaliado em R\$1.687 mil.

Gastos compartilhados

Identificamos que a Companhia possui gastos reconhecidos na sua controladora GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (gastos com pessoal e despesas gerais e administrativas), os quais estão associados a serviços prestados a outras empresas do Grupo, incluindo à Companhia, e que não foram devidamente alocados nas respectivas entidades. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para avaliar os montantes envolvidos em uma possível realocação, e, portanto, não nos foi possível concluir se algum ajuste material deveria ser realizado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Exceto pelo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, no tópico “Debêntures”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 16.1 às demonstrações financeiras, a qual menciona que o contas a receber e a receita da Companhia são concentrados em um único cliente. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.569	6.194	Fornecedores		1.031	872
Contas a receber de clientes	5	12.926	10.314	Partes relacionadas	7	60	60
Estoque de materiais	6	2.527	202	Obrigações trabalhistas		52	95
Impostos a recuperar		966	995	Obrigações tributárias	8	801	208
Créditos diversos e adiantamentos		797	268	Imposto de renda e contribuição social	9	728	-
Total do ativo circulante		<u>18.785</u>	<u>17.973</u>	Debêntures	10	8.391	8.906
				Dividendos a pagar	11.3	3.023	-
				Total do passivo circulante		<u>14.086</u>	<u>10.141</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	27.613	32.094	Debêntures	10	43.226	52.315
Tributos diferidos		26	109	Outros passivos não circulantes		239	80
Partes relacionadas	7	26.796	22.997				
Total do ativo não circulante		<u>54.435</u>	<u>55.200</u>	Total do passivo não circulante		<u>43.465</u>	<u>52.395</u>
				Patrimônio Líquido	11		
				Capital social	11.1	5.500	5.500
				Dividendos adicionais propostos	11.5	4.669	3.487
				Reserva Legal	11.2	1.100	1.100
				Reserva de Lucros	11.4	4.400	550
				Total do patrimônio líquido		<u>15.669</u>	<u>10.637</u>
Total Ativo		<u>73.220</u>	<u>73.173</u>	Total Passivo e Patrimônio Líquido		<u>73.220</u>	<u>73.173</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	21.180	19.885
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	13	(6.327)	(6.202)
LUCRO BRUTO		14.853	13.683
Receitas (despesas) operacionais	14		
Receitas excepcionais		2.706	-
Despesas gerais e administrativas		(291)	(144)
Despesas tributárias		(674)	(393)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		16.594	13.146
Despesas financeiras	15	(6.406)	(11.303)
Receitas financeiras		8.227	7.596
LUCRO ANTES DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		18.415	9.439
Imposto de renda e contribuição social	9		
Imposto de renda e contribuição social corrente		(6.240)	(3.863)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(83)	109
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.092	5.685
LUCRO POR AÇÃO		0,12	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DE EXERCÍCIO	12.092	5.685
RESULTADO ABRANGENTE DE EXERCÍCIO	<u>12.092</u>	<u>5.685</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Dividendos adicionais	Reserva de Lucros		Lucros (prejuízos)	Total
			Retenção de lucros	Reserva Legal		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.833	5.899	4.626	1.157	-	17.515
Diminuição de capital	(333)	-	-	-	-	(333)
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	5.685	5.685
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.421)	(1.421)
Dividendos adicionais distribuídos	-	227	-	-	(227)	-
Reserva de Lucros	-	-	550	-	(550)	-
Dividendos adicionais propostos	-	3.487	-	-	(3.487)	-
Distribuição dividendos	-	(6.126)	(4.626)	(57)	-	(10.809)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.500	3.487	550	1.100	-	10.637
Diminuição de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	12.092	12.092
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.023)	(3.023)
Dividendos adicionais distribuídos	-	(3.487)	-	-	-	(3.487)
Reserva de Lucros	-	-	4.400	-	(4.400)	-
Dividendos adicionais propostos	-	4.669	-	-	(4.669)	-
Distribuição dividendos	-	-	(550)	-	-	(550)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	5.500	4.669	4.400	1.100	-	15.669

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.092	5.685
atividades operacionais:		
Juros Debêntures	5.549	11.025
Apropriação do ajuste a valor presente	(3.908)	(4.512)
Juros sobre mútuo	(3.799)	(2.997)
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(245)	-
Tributos Diferidos	83	(109)
Amortização dos custos de transação	169	169
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	6.022	12.330
Estoque de materiais	(2.325)	(106)
Créditos diversos e adiantamentos	(529)	(221)
Impostos a recuperar	29	(256)
Fornecedores	159	779
Obrigações trabalhistas	(43)	(17)
Obrigações tributárias	4.978	(186)
Imposto de renda e contribuição social	728	3.863
Outros ativos e passivos	159	80
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.119	25.527
Pagamento Imposto de renda e contribuição social	(4.385)	(4.522)
Pagamento de Juros de Debentures	(7.319)	(10.178)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.415	10.887
Empréstimos - Partes relacionadas	-	(20.000)
CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	(20.000)
Empréstimos - Debêntures	-	9.500
Pagamento de Principal de Debêntures	(8.003)	(5.541)
Empréstimos - Partes relacionadas	-	(54)
Pagamento de dividendos	(4.037)	(12.507)
CAIXA CONSUMIDOS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(12.040)	(8.602)
DECRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.625)	(17.775)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.194	23.969
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.569	6.194
DECRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.625)	(17.775)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Greenyellow Performance Energética S.A. (“Greenyellow Performance” ou “Companhia”), constituída em 30 de julho de 2021 é uma sociedade de capital fechado, domiciliada à Alameda dos Arapanés, 1441, 6º andar, Moema, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04524-003, inscrita no CNPJ sob o nº 41.813.235/0001-80, com o objetivo de atuar em projetos de Eficiência energética e possui contratos firmados com a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, denominados pela nomenclatura “CEE10 e CCE08”.

A Companhia faz parte do grupo GreenYellow, uma multinacional francesa, que tem operações em 16 países. Desde 2007, o Grupo GreenYellow atua no setor da energia para fazer da transição energética dos seus clientes uma realidade econômica e ecológica e chegou no Brasil em 2014.

QUADRO SOCIETÁRIO

A controladora da Companhia e sua respectiva participação no capital social é como segue:

Razão social	% - Participação 2024
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.	100,00

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards), ou “IFRS”, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 31 de março de 2025.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual ela opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As principais estimativas e os principais julgamentos adotados pela administração são:

- Arrendamento – determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação.
- Contas a receber: critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos.
- Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

2.5. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de O&M, Eficiência Energética e de venda de equipamentos são recebidas mensalmente e estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. As receitas de serviços prestados, assim como de mercadorias, são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.6. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos e passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado (CA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Os passivos financeiros classificados como custo amortizado utilizam o método de juros efetivos. Nesta categoria (CA) inclui caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros ativos financeiros, contas a pagar, fornecedores e debêntures.

Mensuração subsequente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos e passivos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.7. Ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e Debêntures. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e são classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo e os passivos financeiros são designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial são reconhecidos no resultado.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.9. Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais e corrigidos a valor presente, quando aplicáveis, deduzidos de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) para Contas a Receber e Ativos de Contrato

A perda de crédito esperada para Contas a Receber e Ativos de Contrato é constituída baseada em percentuais para cada classe de vencidos e de acordo com o risco do cliente, considerando que a Administração entende que assim reflete a real taxa histórica de duplicatas não recebidas de clientes. As atualizações dessa provisão são refletidas diretamente no resultado de cada exercício.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos intangíveis e imobilizado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso, é constituída uma provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como Outras Despesas Operacionais.

Para o ano de 2024 a Companhia não identificou perda de recuperabilidade em seus ativos.

2.11. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12. Tributação

Despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

2.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC.

3.1 Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

De acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback").

Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação. A taxa de rendimento associada à aplicação financeira é de 92% do CDI.

	2024	2023
Aplicações financeiras	1.569	6.194
Total caixa e equivalente de caixa	1.569	6.194

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2024	2023
Circulante		
Contas a receber de cliente	16.247	14.544
Provisão para perda de recebíveis	(76)	(321)
Ajuste ao valor presente (i)	(3.245)	(3.909)
	12.926	10.314
Não circulante		
Contas a receber de cliente	33.550	41.275
Ajuste ao valor presente (i)	(5.937)	(9.181)
	27.613	32.094
	40.539	42.408

- (i) Saldo do ajuste ao valor presente refere-se a juros a serem recebidos até o final de todas as parcelas, no qual são calculados de acordo com a taxa pré-fixada em contrato para cada cliente, sendo de 12% a.a. A fim de atendimento das normas contábeis, a Companhia apresenta o valor total atualizado das parcelas em suas contas a receber, deduzindo os juros a serem recebidos até o final das parcelas.

A Companhia possui valor de clientes a receber adquirido através do Laudo de Cisão, devido as revendas de mercadorias, no qual são financiadas para seu cliente entre 60 e 132 parcelas mensais. As parcelas pelo serviço são recebidas em até 60 dias, desta forma, a seguir apresentamos o aging list.

Em 2023, os valores apresentados no demonstrativo de contas a receber estavam líquidos do ajuste a valor presente (AVP), refletindo os montantes descontados a valor presente conforme as taxas aplicáveis. Entretanto, em 2024, a Companhia optou por apresentar os saldos sem a dedução do AVP. Essa alteração visa proporcionar maior transparência na análise dos valores brutos a receber e está sendo apresentada de forma comparativa:

	2024	2023
Vencidos		
A vencer	46.907	52.888
Vencidas:		
0 a 30 dias	2.022	218
30 a 60 dias	-	631
61 a 90 dias	283	1.619
91 a 364 dias	284	142
Acima de 365 dias	301	321
	<u>49.797</u>	<u>55.819</u>

A abertura do fluxo do recebimento do contas a receber a vencer está demonstrado a seguir:

2025	13.357
2026 a 2029	31.744
2030 a 2031	1.806
Total	<u>46.907</u>

A movimentação da provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é conforme segue:

	2024	2023
Saldo anterior	(321)	-
Reversão da provisão	321	-
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(76)	(321)
Total	<u>(76)</u>	<u>(321)</u>

6. ESTOQUE DE MATERIAIS

	2024	2023
Estoque de materiais em poder de terceiros (i)	2.279	-
Estoque de materiais	224	202
Estoque de materiais em transferência	24	-
	<u>2.527</u>	<u>202</u>

- (i) A variação na conta de estoques de materiais deve-se, principalmente, à aquisição de equipamentos destinados à manutenção preventiva das lojas. Essa iniciativa faz parte do plano de conservação e melhoria da infraestrutura, garantindo a adequada iluminação e funcionamento dos estabelecimentos.

7. PARTES RELACIONADAS

	2024	2023
Ativo		
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços	26.796	22.997
	<u>26.796</u>	<u>22.997</u>
Passivo		
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços	(60)	(60)
	<u>(60)</u>	<u>(60)</u>
Total de Partes Relacionadas	<u>26.736</u>	<u>22.937</u>

- (ii) Saldo referente a operação de empréstimo para a GYBR realizado em 1 de fevereiro de 2023 objetivando o incentivo das operações do grupo. Sobre o saldo do principal incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada das taxas médias diárias do DI – depósitos Interfinanceiros, de um dia, acrescida de um spread de 2,4% ao ano, calculados da presente data até a efetiva amortização do principal. O vencimento se dá em 78 meses. A destinação de recursos foi feita através de disponibilização de caixa, da seguinte forma:

	Resultado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-
Recursos caixa	20.000
Juros	2.997
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>22.997</u>
Juros	3.799
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>26.796</u>

Não houve qualquer valor atribuído ou registrado como remuneração dos administradores na Companhia, uma vez que ele é pago pela GreenYellow Brasil.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
IOF a recolher	375	-
COFINS a recolher	232	71
ISS a recolher	142	109
PIS a recolher	49	14
Outros	3	14
Total	<u>801</u>	<u>208</u>

Impostos incidentes sobre o faturamento da Companhia.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui os seguintes valores de Imposto de renda e contribuição social:

	2024	2023
Imposto de renda a recolher	4.581	2.523
(-) Imposto de Renda Retido e antecipações realizadas (i)	(4.163)	(2.523)
Imposto de Renda a recolher	418	-
Contribuição social a recolher	1.658	1.028
(-) Imposto de Renda Retido e antecipações realizadas (i)	(1.348)	(1.028)
Contribuição social a recolher	310	-
Imposto de Renda e Contribuição Social (ii)	728	-

(i) Tal valor refere-se à retenção sobre notas fiscais de serviço prestado.

(ii) Tal valor refere-se ao saldo de impostos de renda e contribuição social a pagar ao fim de cada exercício.

A conciliação da despesa, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado, está demonstrada abaixo:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.415	9.439
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	6.261	3.209
Outras diferenças permanentes	62	545
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	6.323	3.754
Alíquota efetiva	34%	40%

10. DEBÊNTURES

	2024	2023
<u>Circulante</u>		
Debêntures	8.561	9.074
Custo de transação	(170)	(168)
	8.391	8.906
<u>Não circulante</u>		
Debêntures	43.808	53.055
Custo de transação	(582)	(740)
Total	43.226	52.315
Saldo	51.617	61.221

A Companhia emitiu 66.000 debêntures em 18 de novembro de 2022, de acordo com o INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES (“Escritura de Debenture”) no valor de R\$66.000, sendo R\$56.500 série A e R\$ 9.500 da série B. As principais características das debêntures são:

- Número de Séries: A Emissão das Debêntures será realizada em duas séries.
- Forma: Nominativa e escritural
- Emissão Série A: 18 de novembro de 2022
- Emissão Série B : 18 de novembro de 2022
- Vencimento Série A: 01 de junho de 2029
- Vencimento Série B : 01 de junho de 2029
- Juros: CDI+ 2,4% ao ano
- Espécie: Com garantia real
- Garantias:
 - Alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias de emissão da GYPE, detidas integralmente pela GYBR;
 - Cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, de todos os direitos creditórios detidos pela GYPE, oriundos do “Contrato de Eficiência Energética – CPE 08 e conjunto CPE 10”
- Conversibilidade em ações: Não conversíveis
- Amortização do Valor: em parcelas mensais e sucessivas, sempre nos dias 01 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido da série A em 01 de fevereiro de 2022 e série em B 01 de maio de 2023.
- Vencimento antecipado: Caso a GYPE encontra-se inadimplente em relação aos termos iniciais contratados na Escritura de Debenture, inicia-se assim as condições para o vencimento antecipado da dívida, ou seja :
 - Não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas;
 - Falência, recuperação judicial ou extrajudicial de uma das partes;
 - Não manutenção das garantias reais;
 - Transferência ou cessão à terceiros da parcela ou totalidade das ações de emissão da Emissora detida pela Garantidora sem devida autorização dos Debenturistas ou cumprimento das obrigações da Escritura de Debenture;
 - Alteração do controle indireto da Emissora;
 - Transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - Contratação de qualquer novo empréstimo, financiamentos, adiantamentos de recursos, supplier financing, hedge, de novas dívidas, ou qualquer outra forma de operação de crédito ou operação financeira, na qualidade de credora ou devedora, afiançadas, garantidoras e/ou coobrigadas, ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro;

- Distribuição e/ou pagamento pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora não autorizados pela Escritura de Debenture.
- Em 31 de dezembro de cada exercício social a partir de 2022 : ICSD $\geq 1,2x$ - índice financeiro decorrente do coeficiente da divisão (Geração de Caixa da Atividade no exercício social / Serviço da Dívida no exercício social). A primeira apuração é requerida a partir de 30 de junho 2022.

A Companhia atendeu a todos os critérios estabelecidos na escritura.

Movimentação saldo Debêntures:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>56.246</u>
Captação (Série B)	9.500
Pagamento Principal	(5.541)
Encargos Financeiros Pagos	(10.178)
Encargos Financeiros Provisionados	11.025
Amortização do Custo de Transação	169
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>61.221</u>
Pagamento Principal	(8.003)
Encargos Financeiros Pagos	(7.319)
Encargos Financeiros Provisionados	5.549
Amortização do Custo de Transação	169
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>51.617</u>

10.1. Cronograma de pagamentos Debêntures

O fluxo de pagamentos futuros da Dívida são os seguintes:

	<u>Principal</u>
2025	8.561
2026 a 2028	30.371
2029 a 2030	13.437
	<u>52.369</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

<u>Quotistas</u>	<u>Ano</u>	<u>Quotas detidas</u>	<u>Valor das quotas (R\$mil)</u>	<u>%</u>
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda	2023	97.081	5.500	100%
	2024	97.081	5.500	100%

Em 31 de março de 2023, houve diminuição de capital no valor de R\$333, este montante foi integralmente restituído à Greenyellow Brasil mediante cessão de créditos, tendo como consequência um capital social em 31 de dezembro de 2024 de R\$5.500.

11.2. Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, essa reserva é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados. No exercício de 2023, a Companhia atingiu o limite previsto conforme a Lei das S.A.'s e, portanto, deixou de alocar parte do lucro a essa reserva.

11.3. Dividendos

Após a constituição da reserva legal e da compensação de prejuízos, a Companhia realizará a distribuição de dividendos na proporção de 25% do lucro líquido ajustado conforme Estatuto Social capítulo 8 artigo 36 parágrafo 2 e nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e alterações).

11.4. Retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá ad referendum, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Em 31 de dezembro de 2024 a retenção de lucros foi de 4.400 (550 em 31 de dezembro de 2023).

11.5. Resultado do Exercício

O saldo de R\$4.4669 remanescente foi proposto para ser distribuído a título de dividendos adicionais a ser deliberado pelos acionistas, após a autorização dos debenturistas.

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta de vendas e serviços	<u>24.870</u>	<u>23.554</u>
	<u>24.870</u>	<u>23.554</u>
Impostos sobre as vendas e serviços	<u>(3.690)</u>	<u>(3.669)</u>
Deduções	<u>(3.690)</u>	<u>(3.669)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>21.180</u></u>	<u><u>19.885</u></u>

13. CUSTOS OPERACIONAIS

	2024	2023
Salários	(127)	(376)
INSS	-	(130)
Benefícios	(83)	(71)
Mão de Obra Especializada	(6)	(33)
Férias	(18)	(40)
FGTS	(22)	(36)
13ºsalários	(3)	(35)
Vale refeição	(11)	(37)
	<u>(270)</u>	<u>(758)</u>
Eficiência energética e fotovoltaico (i)	(6.057)	(5.444)
	<u>(6.057)</u>	<u>(5.444)</u>
	<u>(6.327)</u>	<u>(6.202)</u>

- (i) Valores referentes a manutenção dos equipamentos já revendidos ao cliente, efetuados pela Companhia para que a eficiência energética (economia) garantida para ele contratualmente seja atingida.

14. RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Receitas excepcionais (i)	2.706	-
Provisão para perda de recebíveis	245	(321)
Despesas tributárias	(674)	(393)
Serviços de terceiros	(185)	(101)
Feiras, eventos e propaganda	-	(3)
Outros	(351)	281
	<u>1.741</u>	<u>(537)</u>

- (i) Em 03 de janeiro de 2025 a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO notificou à GY PERFORMANCE sua decisão de excluir 12 (doze) lojas do escopo dos serviços contratos no âmbito do CEE 10, com efeitos retroativos a 08 de maio de 2024. Conforme previsto na cláusula 17 do CEE 10, a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO pagou a GYPE uma indenização de acordo com a Cláusula 5 do Anexo 2 do Contrato, calculada considerando exclusivamente os Estabelecimentos excluídos do Contrato, e o montante residual do Preço Remanescente dos Equipamentos dos Estabelecimentos excluídos do Contrato, acrescido de juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculado desde a data de exclusão dos Estabelecimentos (inclusive) até 31 de dezembro de 2029 (exclusive). Além disso, na mesma data a Cia notificou a decisão de excluir 17 (dezessete) lojas do escopo dos serviços contratos no âmbito do CEE 08, com efeitos retroativos a 08 de maio de 2024. Conforme previsto na cláusula 4 do CEE 08, a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO pagou a GYPE uma indenização de acordo com a Cláusula 4 do Anexo 2 do Contrato, calculada considerando exclusivamente os Estabelecimentos excluídos do Contrato, e o montante residual do Preço Remanescente dos Equipamentos dos Estabelecimentos excluídos do Contrato, acrescido de juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculado desde a data de exclusão dos Estabelecimentos (inclusive) até 31 de dezembro de 2029 (exclusive).

15. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros Ativos (i)	7.707	7.509
Receita de aplicações financeiras	344	87
Atualização monetária	176	-
	<u>8.227</u>	<u>7.596</u>
Despesas financeiras		
Juros das Debentures	(5.549)	(11.025)
Comissionamento	(169)	(168)
Outras despesas	(688)	(110)
	<u>(6.406)</u>	<u>(11.303)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.821</u>	<u>(3.707)</u>

(i) Saldo referente a Juros incorridos nos contratos dos clientes e partes relacionadas

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS DE CRÉDITO

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber, fornecedores, e debentures em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

	2024	2023	Categoria
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa	1.569	6.194	A
Clientes	12.926	42.408	A
Partes Relacionadas – saldo ativo	26.796	22.997	A
Passivo			
Debêntures	51.617	61.221	A
Partes Relacionadas – saldo passivo	60	60	A
Fornecedores	1.031	872	A

A - Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

16.1. Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e aplicações financeiras.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Contas a receber

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados, por possuir apenas um contrato concentrando todo o seu contas a receber em um único cliente. O risco de crédito do cliente é monitorado de forma específica, com base nos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a este risco. Como característica dos produtos e serviços prestados pela Companhia, o risco de crédito é reduzido pelo fato de seu cliente possuir um porte relevante e pertencer a um grande grupo econômico global.

A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e aplicações financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.

A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos considerados de primeira linha, compreendendo os 10 maiores bancos por ativos do país, e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia não faz aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

16.2. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que estabeleceu uma estrutura de gestão de riscos de liquidez adequada para a gestão das exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais incorridos até o fim do exercício e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Até 6 meses	Até 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 anos em diante	Total
Fornecedores	1.031	-	-	-	1.031
Debêntures	7.353	7.332	10.227	45.731	70.643

16.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros expostos, demonstrando os eventuais impactos, com base em premissas disponíveis no mercado.

Foram considerados quatro cenários de risco:

Instrumentos	Risco	em 31/12/2024	%	Cenário Provável valor	%	Valorização 25% valor	%	Valorização 50% valor	%	Deterioração 50% valor
Aplicação financeira 31/12/2024	Variação CDI	92% do CDI (12,15%)	11,18%	175	13,97%	219	16,77%	263	5,59%	88
Partes Relacionadas Líquidas em 31/12/2024	Variação IGP-DI	IGP-DI + spread 2,4%	6,70%	1.790	8,37%	2.238	10,05%	2.686	3,35%	895
Debentures em 31/12/2024	Variação CDI	100% do CDI + 2,4%	14,55%	(7.510)	17,59%	(9.078)	20,63%	(10.646)	8,48%	(4.375)
				<u>(5.545)</u>		<u>(6.621)</u>		<u>(7.697)</u>		<u>(3.392)</u>
Instrumentos	Risco	em 31/12/2023	%	Cenário Provável valor	%	Valorização 25% valor	%	Valorização 50% valor	%	Deterioração 50% valor
Aplicação financeira 31/12/2023	Variação CDI	95% do CDI (13,04%)	12,39%	767	15,49%	959	18,58%	1.151	6,19%	384
Partes Relacionadas Líquidas em 31/12/2023	Variação IGP-DI	IGP-DI + spread 2,4%	6,70%	1.536	8,37%	1.920	10,05%	2.304	3,35%	768
Debentures em 31/12/2023	Variação CDI	100% do CDI +	13,35%	(8.175)	16,69%	(10.219)	20,03%	(12.262)	6,68%	(4.087)
				<u>(5.872)</u>		<u>(7.340)</u>		<u>(8.807)</u>		<u>(2.935)</u>

16.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado devido a sua natureza de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresenta compromissos ou direitos pendentes com contratos de Swap ou transações de hedging.

17. SEGUROS

A Companhia é cossegurada das apólices de seguro contratadas pela Greenyellow do Brasil Energia e Serviços. O grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante adequado aos possíveis riscos da atividade profissional bem como de seus ativos, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	<u>Limite Máximo de</u>	<u>Prêmio Líquido</u>	<u>Vigência</u>
Responsabilidade Civil Geral	50.000	56	1/10/2024 a 1/10/2025
Responsabilidade Civil (Conselheiros, Diretores e/o	40.283	108	1/1/2024 a 1/1/2025

18. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na respectiva demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Redução de capital	-	(333)
Redução da reserva legal	-	(57)
Distribuição de dividendos	3.023	333
Partes relacionadas	-	57
Dividendos a pagar	<u>(3.023)</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>